

Reconfigurações territoriais e o desenvolvimento do estado de Mato Grosso a partir de 1930

Julio Cesar de Lara¹

Virginia Elisabeta Etges²

Recebido em: 26-10-2025

Aceito em: 28-11-2025

Resumo

O texto analisa as reconfigurações territoriais e o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso a partir da década de 1930, destacando o papel das políticas estatais de ocupação, integração e expansão das fronteiras agrícolas. Adota-se uma abordagem histórico-estrutural e qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, para compreender como o território mato-grossense foi moldado por ações políticas, econômicas e sociais. A pesquisa identifica três grandes momentos: a interiorização e abertura de vias de comunicação nas primeiras décadas do século XX; a intensificação da ocupação durante o regime militar, impulsionada por programas como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o PROTERRA; e, a partir dos anos 1980, a consolidação do agronegócio e das cidades médias como novas centralidades regionais. O estudo evidencia que a infraestrutura rodoviária e as políticas de colonização foram determinantes na transformação de Mato Grosso em um dos principais polos agroexportadores do país, ao custo de crescente concentração fundiária, desmatamento e desigualdades socioeconômicas. A urbanização vinculada ao agronegócio gerou prosperidade econômica, mas manteve assimetrias regionais e fragilidade institucional. Conclui-se que o desenvolvimento mato-grossense expressa um paradoxo estrutural: um território globalmente competitivo, porém socialmente desigual e ambientalmente vulnerável. O texto propõe o fortalecimento da governança territorial e a incorporação da sustentabilidade como eixo das políticas públicas, visando um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento Regional. Fronteiras agrícolas. Políticas públicas.

Territorial Reconfigurations and Development in Mato Grosso from 1930 onwards

Abstract

This text analyzes the territorial reconfigurations and development of the state of Mato Grosso from the 1930s onwards, highlighting the role of state policies for the occupation, integration, and expansion of agricultural frontiers. A historical-structural and qualitative approach is adopted, based on bibliographic and documentary sources, to understand how the territory of Mato Grosso was shaped by political, economic, and social actions. The research identifies three major moments: the interiorization and opening of communication routes in the first decades of the 20th century; the intensification of occupation during the military regime, driven by programs such as the National Integration Plan (PIN) and PROTERRA; and, from the 1980s onwards, the consolidation of agribusiness and medium-sized cities as new regional centers. The study shows that road infrastructure and colonization policies were decisive in transforming Mato Grosso into one of the main agro-exporting centers of the country, at the cost of increasing land concentration, deforestation, and socioeconomic inequalities. Urbanization linked to agribusiness has generated economic prosperity but has maintained regional asymmetries and institutional fragility. It is concluded that the development of Mato Grosso expresses a structural paradox: a globally competitive territory, yet socially unequal and environmentally vulnerable. The text proposes strengthening territorial governance and incorporating sustainability as a central axis of public policies, aiming for a more balanced and inclusive development model.

Keywords: Territory. Regional Development. Agricultural Frontiers. Public Policies.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (UEMT). juliocezar.lara@unemat.br

² Doutorado em Geografia Humana (USP). Pós-Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (Universidade Técnica de Berlim). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). etges@unisc.br

1 Introdução

A formação histórica do atual Estado de Mato Grosso tem início no século XVIII, quando as bandeiras paulistas, incumbidas pela Coroa Portuguesa, adentram o interior do território em busca de metais preciosos, captura de indígenas e expansão do domínio colonial. Em 1718, as expedições lideradas por Antônio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral alcançam as margens do rio Cuiabá, onde encontram ouro de aluvião, promovendo o primeiro ciclo de povoamento permanente. A descoberta mineral estimulou intenso fluxo migratório e levou o rei D. João V a criar, em 1748, a Capitania de Mato Grosso, nomeando D. Antônio Rolim de Moura Tavares como primeiro governador da nova unidade administrativa, que abrangia os atuais territórios de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia (Cavalcante; Rodrigues, 1999).

Durante o século XIX, a região foi palco de disputas políticas e militares que consolidaram sua identidade territorial e administrativa. Entre os episódios mais significativos destacam-se: o embate entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá pela condição de capital provincial, resolvido em 1822 em favor de Cuiabá; a Revolta da Rusga (1834), movimento de caráter político-social que expôs tensões entre elites locais; e a participação de forças mato-grossenses na Guerra do Paraguai (1865-1870), que reforçou a presença militar na região fronteiriça. Esses acontecimentos evidenciam a relação entre território, poder político e controle das fronteiras nacionais, elementos que permaneceriam centrais nas políticas territoriais posteriores.

A partir da década de 1930, a política de integração nacional passa a desempenhar papel determinante na redefinição do território mato-grossense. A Marcha para o Oeste, lançada no governo Vargas, promoveu a abertura de rodovias e a interiorização da ocupação, com o propósito de integrar os “vazios demográficos” ao projeto de modernização nacional (Dalosto *et al.*, 2020; Demambro; Pietrafesa; Rojas, 2020). Esse modelo de desenvolvimento baseava-se na expansão territorial induzida pelo Estado e na valorização econômica dos recursos naturais (Demambro; Rojas; Pietrafesa, 2023).

Nas décadas de 1970 e 1980, o regime militar intensificou essas políticas por meio de programas como o Plano de Integração Nacional (PIN), criado em 1970, que buscava interligar as regiões Norte e Centro-Oeste com grandes eixos rodoviários e o Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), instituído em 1971, que visava promover o acesso à terra e incentivar a agroindustrialização. Embora concebidos como instrumentos de desenvolvimento e segurança nacional, ambos reforçaram a concentração fundiária, o desmatamento e os conflitos agrários, sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola (Pires, 2020; Saquet; Cichoski, 2013).

Com a consolidação do agronegócio, a partir dos anos 1980, Mato Grosso torna-se um dos principais polos agroexportadores do país. A modernização produtiva e a urbanização de cidades médias transformaram profundamente o território, ao mesmo tempo em que intensificaram desigualdades socioeconômicas e impactos ambientais (Veiga, 2001; Silva Júnior, 2016). Essas transformações evidenciaram os limites do modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico, estimulando, a partir dos anos 1990, novas abordagens teóricas sobre território, desenvolvimento e identidade regional.

A partir dessa perspectiva, as discussões contemporâneas sobre desenvolvimento regional passam a enfatizar o território como categoria analítica relacional, produto das interações entre escalas locais, regionais e globais (Etges, 2022; Silveira; Machado; Schwanz, 2024). Sob essa ótica, compreender o território mato-grossense implica reconhecer suas múltiplas dimensões (histórica, econômica, política e cultural) e as tensões que emergem entre modernização produtiva e sustentabilidade ambiental, especialmente no chamado “arco do desmatamento”, onde a pressão por *commodities* desafia modos de vida tradicionais (Ferreira; Silva; Almeida, 2024).

Assim, a questão central que se espera responder nesta pesquisa é: de que forma as políticas de ocupação e desenvolvimento implementadas ao longo do século XX contribuíram para moldar as reconfigurações territoriais e socioeconômicas do Estado de Mato Grosso? Buscando uma resposta para essa questão, este artigo tem como objetivo geral analisar os processos históricos e políticos que moldaram a reconfiguração territorial de Mato Grosso, a partir de 1930, enfatizando as políticas de ocupação e desenvolvimento, a constituição das fronteiras agrícolas e as implicações socioambientais decorrentes desses movimentos.

A pesquisa parte da perspectiva de que o território atual de Mato Grosso constitui um território construído, resultante das ações e interações entre diferentes atores sociais que compartilham identidades e resolvem problemas comuns, conforme discutem Pecqueur (2005) e Flores (2006). Adota-se uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo, com base em procedimentos bibliográficos e documentais (Vergara, 2016), orientada pela corrente histórico-estrutural, que considera fatores econômicos e não econômicos na formação territorial e no desenvolvimento (Silveira; Wbatuba; Deponti, 2020; Barbosa, 2021). A análise busca, portanto, articular o processo histórico às dimensões sociais, econômicas e culturais, contribuindo para compreender como as políticas de ocupação e desenvolvimento moldaram as reconfigurações territoriais e a identidade mato-grossense contemporânea.

2 Políticas de ocupação e desenvolvimento territorial em Mato Grosso

A compreensão do processo de ocupação e desenvolvimento do território mato-grossense exige uma análise de longa duração, que considere as transformações políticas e espaciais desde o período provincial até a consolidação do estado republicano. A formação territorial de Mato Grosso, marcada por fronteiras móveis e por políticas de integração regional, reflete o próprio movimento de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior e à Amazônia ocidental. Conforme Saquet e Cichoski (2013), o Estado brasileiro, ao longo de sua história, exerceu o papel de mediador entre os projetos econômicos e a organização do território, promovendo processos de integração que moldaram as fronteiras políticas e produtivas nacionais.

Para compreender esse processo, os mapas apresentados a seguir (Figuras 1, 2 e 3) ilustram a evolução da divisão territorial brasileira em três momentos históricos distintos (1872, 1950 e 1980), permitindo observar as mudanças nos limites administrativos e a consolidação das atuais fronteiras de Mato Grosso. Essas representações cartográficas auxiliam na visualização da passagem de um território imenso e pouco ocupado, que incluía áreas hoje pertencentes a Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Antes da implementação dos grandes programas federais de integração nacional, algumas ações empreendidas nas primeiras décadas do século XX já indicavam os primeiros esforços de interiorização e modernização do território mato-grossense. Entre elas, destacam-se as linhas telegráficas construídas pela Comissão Rondon e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ambas iniciadas em 1907 (Cavalcante; Rodrigues, 1999). Essas iniciativas, além de estabelecerem marcos de infraestrutura e comunicação, consolidaram o papel do Estado como agente de expansão territorial e de controle político sobre as regiões fronteiriças. Saquet e Cichoski (2013) ressaltam que essas ações se inserem em uma estratégia histórica de “integração pela infraestrutura”, na qual a comunicação e o transporte constituem instrumentos de dominação e modernização territorial.

A figura 1 apresenta a configuração territorial da província de Mato Grosso em 1872, quando o território abrangia uma vasta área que incluía as atuais regiões de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Nessa época, a ocupação concentrava-se em torno de Cuiabá, Poconé e Vila Maria do Paraguai, vinculada à mineração aurífera e às rotas fluviais. A densidade populacional era baixa, e a fronteira ocidental era pouco consolidada, configurando-se como uma zona de transição entre o domínio colonial português e as possessões espanholas. Essa estrutura

territorial expressava tanto a fragilidade administrativa quanto a amplitude geográfica da província, que se estendia da Bolívia ao atual estado de Goiás.

Figura 1 - Evolução da divisão territorial brasileira em 1872



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2011b), adaptada pelos autores.

Com o advento da República, em 1889, e o avanço das políticas de comunicação e defesa do território, Mato Grosso começou a experimentar os primeiros sinais de integração nacional. Projetos como as linhas telegráficas da Comissão Rondon e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (iniciadas em 1907) representaram os primeiros esforços do governo federal para conectar o Centro-Oeste e a Amazônia ao restante do país, inaugurando um novo ciclo de presença estatal e de expansão da infraestrutura territorial (Cavalcante; Rodrigues, 1999). Segundo Silva Júnior (2016), tais ações se enquadram nas políticas de desenvolvimento territorial do Estado brasileiro, que buscavam conciliar o crescimento econômico à ocupação planejada do espaço, ainda que sob uma lógica centralizadora.

A figura 2 mostra a configuração territorial de 1950, quando o Estado de Mato Grosso ainda mantinha sua antiga extensão, abrangendo todo o atual território de Mato Grosso do Sul. Nessa fase, o processo de ocupação concentrava-se nos municípios localizados ao longo das rotas fluviais e das novas ligações terrestres, como Cuiabá, Cáceres, Rosário Oeste e Barra do Garças, enquanto o extremo norte permanecia praticamente inexplorado. Essa configuração territorial

ilustra o início da expansão da fronteira agrícola e do fortalecimento do poder público sobre o interior, apoiado em ações de colonização agrícola e em programas de infraestrutura voltados à integração nacional.

Figura 2 - Evolução da divisão territorial brasileira em 1950



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2011b), adaptada pelos autores.

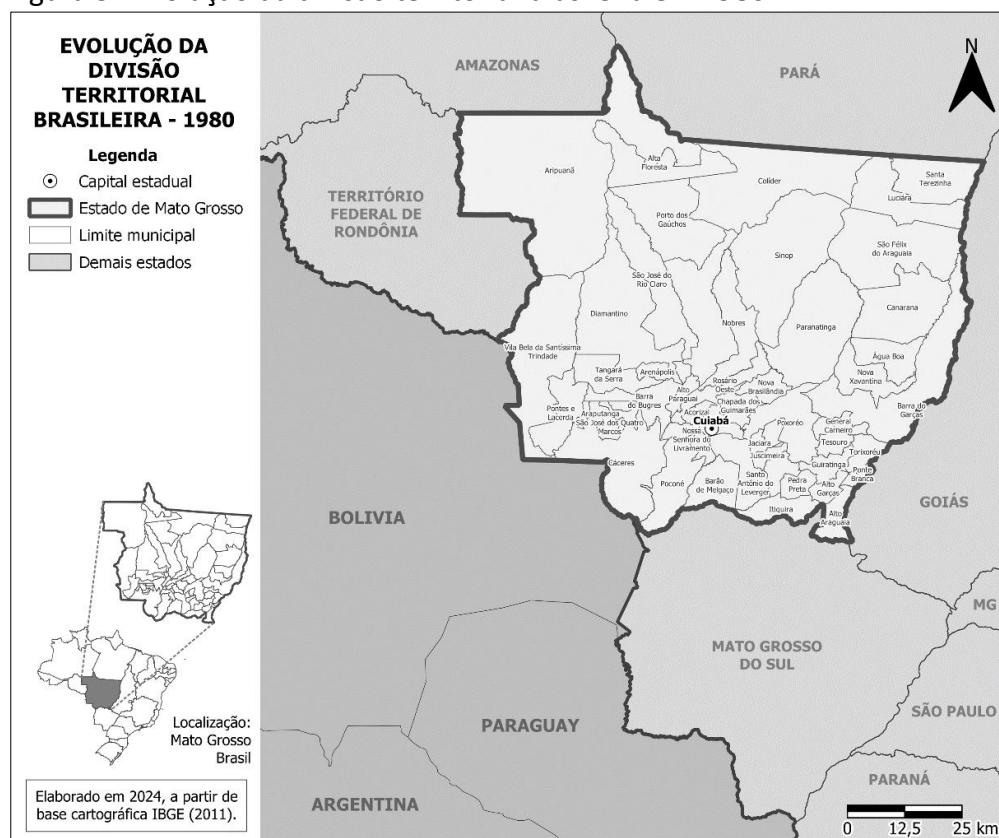
Durante as décadas seguintes, especialmente entre 1930 e 1970, políticas federais de interiorização, como a Marcha para o Oeste, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o PROTERRA, redefiniram a dinâmica de ocupação e o papel econômico do estado. Veiga (2001) observa que o Estado brasileiro, nesse período, adotou uma racionalidade tecnocrática no planejamento territorial, voltada à produtividade e à segurança nacional, mas frequentemente desconectada das realidades locais. Barbosa (2021) complementa ao afirmar que o modelo de desenvolvimento aplicado seguiu uma matriz histórico-estrutural herdada do pensamento desenvolvimentista, no qual fatores econômicos e não econômicos se combinavam para moldar o espaço. Assim, as políticas territoriais não apenas redistribuíram terras, mas também redefiniram as relações sociais e produtivas em todo o Centro-Oeste.

O desmembramento entre a porção norte e a porção sul do Estado foi promulgado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e o novo Estado de Mato Grosso do Sul foi

oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1979, por ato do presidente militar Ernesto Geisel. Trata-se de um episódio emblemático do período autoritário brasileiro, uma vez que a decisão não resultou de consulta popular ou debate legislativo estadual, mas de uma imposição administrativa vinculada à política de reorganização territorial do regime militar. O objetivo central era melhorar a gestão político-administrativa e o controle estratégico da região Centro-Oeste, diante da expansão econômica e demográfica que o antigo Mato Grosso começava a apresentar nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, o Estado de Mato Grosso, a partir de 1979, assumiu a delimitação geográfica atual, tornando-se uma das principais áreas de expansão agrícola e de integração amazônica. Posteriormente, com a promulgação da Constituição da República de 1988, consolidou-se o formato federativo contemporâneo, com a criação e reconhecimento dos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia, resultando na atual configuração de 27 Unidades da Federação. A figura 3 ilustra visualmente esse momento de reconfiguração administrativa e espacial do Brasil.

Figura 3 - Evolução da divisão territorial brasileira em 1980



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2011b), adaptada pelos autores.

Observa-se que o Estado de Mato Grosso passa a ter sua delimitação territorial situada entre Mato Grosso do Sul, ao sul, e o então Território Federal de Rondônia, ao norte, consolidando o contorno geográfico que se mantém desde então. Mais do que um simples ajuste

cartográfico, a divisão expressa o esforço do Estado em racionalizar a gestão territorial e responder aos imperativos da política de integração nacional, conforme argumentam Saquet e Cichoski (2013), para quem o território é produto de decisões políticas orientadas pela lógica da infraestrutura e do controle estratégico.

Esse novo recorte político-administrativo também redefiniu as relações econômicas e institucionais internas. O eixo de desenvolvimento deslocou-se gradualmente para o norte do Estado, impulsionado pelas políticas de colonização, pela expansão da fronteira agrícola e pela abertura das rodovias federais BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). Segundo Etges (2022), transformações dessa natureza exemplificam como o desenvolvimento regional é determinado por interações multiescalares, entre o poder central e as dinâmicas locais, o que em Mato Grosso se traduziu em novos fluxos populacionais e econômicos em direção à Amazônia.

Nos primeiros anos após a segunda divisão, em 1979, Mato Grosso contava com 38 municípios. Esse número cresceu rapidamente: até a Constituição Federal de 1988, o Estado já possuía 95. O processo de fragmentação territorial continuou nas décadas seguintes, impulsionado tanto por interesses políticos locais quanto pelo crescimento das cidades médias, chegando a 141 municípios em 2022 e 142 em 2023, após decisão do Supremo Tribunal Federal. Como observam Silveira, Wbatuba e Deponti (2020), essas transformações refletem o padrão histórico-estrutural do desenvolvimento brasileiro, no qual a modernização produtiva avança simultaneamente à ampliação das desigualdades regionais e institucionais.

3 Políticas de interiorização e expansão econômica durante o governo militar

A partir da década de 1960, o Estado de Mato Grosso passou a ser uma alternativa real para auxiliar na solução de problemas nacionais e, consequentemente, realizar a ocupação dos chamados “espaços vazios”. Regras tradicionais tiveram alterações, como o conceito de “uso da terra” sendo substituído por “posse legal”. A nova realidade se manifestou com a intensificação da industrialização da agricultura, acentuação da heterogeneidade estrutural e expulsão de minifundiários de áreas tradicionais (Castro et al., 1994). Conforme os autores, a ocupação do Mato Grosso ocorreu tanto pela grande empresa quanto pelo pequeno produtor, ou seja, por grupos com fins especulativos e por agricultores familiares que buscavam meios de sobrevivência.

Nesse contexto, Veiga (2001) observa que as políticas territoriais da época refletiam um planejamento tecnocrático e centralizado, que priorizava a produtividade e a integração espacial em detrimento da diversidade social e ambiental. Essa racionalidade instrumental de Estado, conforme Barbosa (2021), expressa a tentativa de modernizar o território sem transformar suas bases estruturais de desigualdade.

Assim, houve um rápido e intenso desenvolvimento urbano em Mato Grosso. Foram construídas novas rodovias, reformulados portos de navegação, tráfego aéreo e telecomunicações, acompanhados da expansão da indústria automobilística, que possibilitou maior circulação interna (Corrêa, 2011). Para o autor, o mercado de trabalho das cidades em expansão, a acessibilidade e a perda do papel central da terra agrícola em favor do espaço urbano explicam a constituição das pequenas e médias cidades que se formavam no estado.

A partir de 1964, o Brasil foi governado por comandantes das forças armadas. Silva Júnior (2016) observa que, nesse período, o processo de centralização promovido pelos governos militares ultrapassou os limites de governabilidade regional, impondo um padrão nacional uniforme de planejamento e execução territorial. Etges (2022) complementa que essa forma de desenvolvimento ignora as relações entre escalas locais e nacionais, reforçando assimetrias regionais e desigualdades sociais.

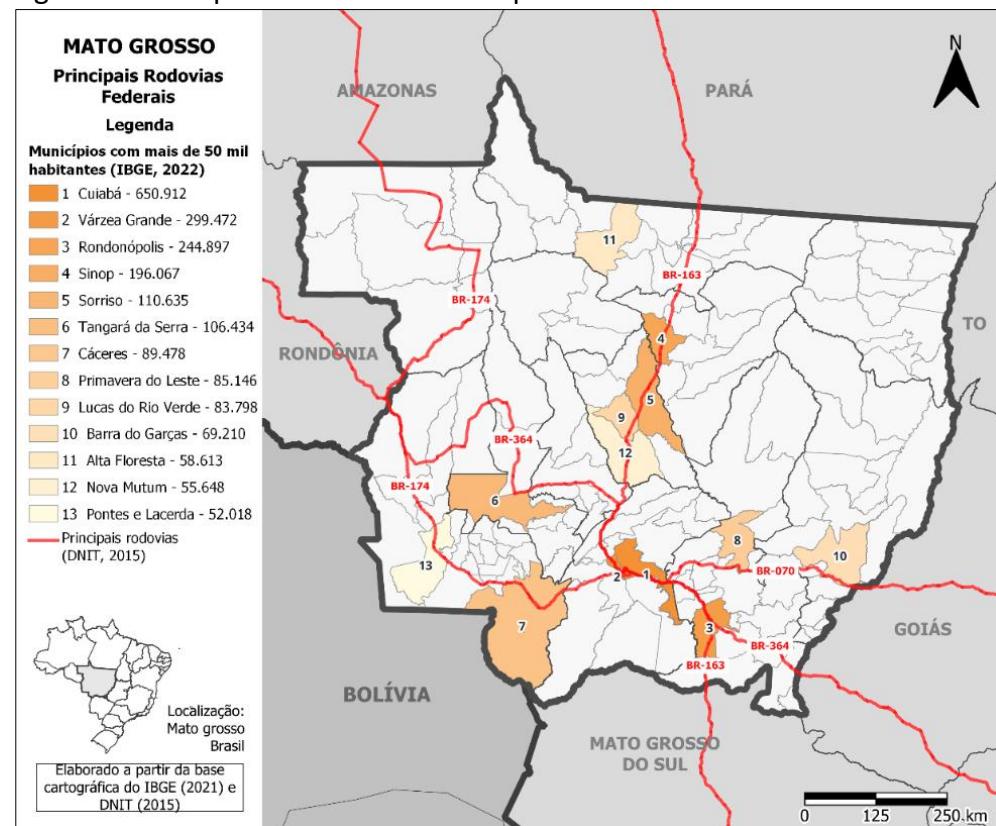
Nesse cenário, o Centro-Oeste destacou-se como uma das regiões sul-americanas que mais alterou seu perfil territorial (Coy; Töpler; Zirkl, 2020). Diversas políticas de estímulo à interiorização da população e da economia foram implementadas, levando ao surgimento de “novos adensamentos políticos em torno de pontos que prosperaram economicamente, o que levou à criação de novos municípios” (Souza-Higa; Anzai; Gatti, 2017, p. 13). Essas políticas tinham como objetivo integrar as regiões centrais do país aos eixos econômico-industriais, historicamente concentrados no Sul e no Sudeste.

O governo federal de 1964 pretendia “colonizar” o território brasileiro. O termo “colonização”, conforme Guimarães Neto (2003), foi amplamente utilizado por órgãos oficiais e empresas privadas que atuaram em grandes áreas de terra, criando narrativas que projetavam uma imagem de terras férteis e inesgotáveis da Amazônia, o que, na prática, mascarava políticas de invasão e ocupação violenta de terras indígenas e públicas. Pecqueur (2005) e Flores (2006) ajudam a compreender esse processo ao definirem o território como uma construção social resultante das interações entre atores e poderes. Em Mato Grosso, essa construção se expressou na coexistência entre o discurso de “progresso” e as práticas excludentes de ocupação forçada.

Becker (1991) explica que a ocupação da Amazônia se tornou prioridade estratégica após o golpe militar de 1964, com o objetivo de promover segurança nacional e modernização produtiva. Sob a coordenação dos sucessivos governos militares, Mato Grosso foi priorizado e inserido em programas nacionais de desenvolvimento voltados a atender as metas do projeto desenvolvimentista (Nunes; Gatti; Sobrinho, 2008). Essa implantação de planos e programas regionais provocou a expansão e modernização da agropecuária em áreas até então desintegradas do cenário econômico brasileiro.

Como destacam Silveira; Machado e Schwanz (2024), a difusão das políticas de infraestrutura e colonização nesse período contribuiu para a emergência de novas centralidades regionais, especialmente nas cidades médias que surgiam ao longo das rodovias federais, conforme pode-se notar na figura 4. Essas cidades, formadas sob uma lógica de planejamento tecnocrático, tornaram-se núcleos de comando territorial e de intermediação entre o campo e os centros urbanos maiores.

Figura 4 - Principais rodovias federais que cruzam o Estado de Mato Grosso



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2011b) e DNIT (2015), adaptada pelos autores.

Durante o regime militar, os investimentos federais em rodovias foram o principal vetor de ocupação, apoiados no discurso de “Integração Nacional”. Destacam-se a BR-364, que liga Mato Grosso a Rondônia, e a BR-163, que conecta Cuiabá ao Pará. De acordo com Ferreira, Silva

e Almeida (2024), a expansão da infraestrutura logística constitui-se como instrumento fundamental para a financeirização e a territorialização do capital, tornando o transporte um eixo de poder e dependência econômica. As rodovias integraram o território estadual às redes nacionais de transporte e exportação, facilitando a chegada de empresas colonizadoras e incorporadoras imobiliárias.

Os principais programas criados para promover o desenvolvimento e a integração nacional durante a década de 1970, encontram-se descritos no quadro 1, no qual são sintetizados os principais programas federais e seus objetivos e efeitos diretos sobre Mato Grosso.

Quadro 1 - Programas governamentais que envolviam Mato Grosso em 1970

Nome do Programa	Ano de Implantação	Objetivos do Programa
Programa de Integração Nacional	1970	Financiar obras de infraestrutura, como abertura de rodovias federais e outras ações
Programa de Redistribuição de terras e Estímulo a Agroindústria	1971	Oportunizar ao pequeno produtor a aquisição de sua propriedade de terra, ampliar a produção de alimentos, fibras, forrageiras e animais
Programa de Corredores de exportação	1971	Diversificar e aumentar as exportações de produtos agropecuários
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste	1971	Construir uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras
Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal	1972	Aumentar a produção e produtividade do setor de borracha vegetal e criar condições para a consolidação e expansão da heveicultura no País, com a gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo racional
Programa Nacional de Desenvolvimento I	1972	Desenvolver e integrar as áreas marginais as áreas economicamente consolidadas
Programa de Desenvolvimento da Amazônia	1974	Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia
Programa de desenvolvimento do Pantanal	1974	Criar condições para ampliar o rebanho existente na área e melhorar seus padrões de qualidade e produtividade
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados	1975	Promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado
Programa Nacional do Álcool	1975	Estimular a produção do álcool, visar o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento de Cerrados	1978	Estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados

Fonte: Nunes; Gatti e Sobrinho (2008), adaptada pelos autores.

A criação de órgãos de fomento como a SUDAM (1966), SUDECO (1967), INCRA (1970) e EMBRAPA (1972) fortaleceu a institucionalização da ocupação. A SUDAM, responsável pelas áreas da Amazônia Legal (que incluíam o norte de Mato Grosso), exerceu papel decisivo na implantação de projetos agropecuários e na expansão da fronteira agrícola (Portugal; Silva, 2020).

Segundo Veiga (2001), esse tipo de intervenção reforça a lógica do planejamento de cima para baixo, no qual o território é tratado como suporte físico de políticas macroeconômicas, e não como espaço social dinâmico. Conforme Etges (2022), os programas de integração regional desse período não apenas promoveram a circulação de pessoas e capitais, mas também redefiniram o papel das regiões na economia nacional, transformando áreas antes periféricas em eixos estratégicos de acumulação. Em Mato Grosso, esses incentivos atraíram grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, resultando em forte concentração fundiária e reorganização das hierarquias territoriais.

Percebe-se que, durante toda a década de 1970, os cenários criados por meio de incentivos e facilidades federais despertaram o interesse de empresários e investidores. Mato Grosso passou a ser considerado uma opção de investimento de baixo risco, levando à instalação de grandes empresas agropecuárias e colonizadoras que alteraram profundamente o padrão de organização espacial (Nunes; Gatti; Sobrinho, 2008).

O Estado tornou-se uma das áreas mais importantes da pecuária extensiva e da agricultura mecanizada, transformando-se em símbolo do agronegócio brasileiro. Como ressalta Silveira, Wbatuba e Deponti (2020), essa modernização produtiva produziu ganhos econômicos, mas reforçou desigualdades regionais e a dependência de mercados externos. Para os autores, trata-se de um processo de modernização “conservadora”, que reorganiza o território sem democratizar o acesso à terra ou aos benefícios do desenvolvimento.

Etges (2022) e Ferreira, Silva e Almeida (2024) enfatizam que tais transformações impõem novos desafios à sustentabilidade e à governança territorial, uma vez que a integração produtiva não foi acompanhada por mecanismos de regulação ambiental ou social. O resultado é a formação de um território ao mesmo tempo dinâmico e vulnerável, no qual o crescimento econômico convive com a fragilidade institucional e ambiental.

4 Um novo Mato Grosso e seu desenvolvimento territorial

A partir do final da década de 1970, especialmente após a criação de Mato Grosso do Sul e a consolidação das principais rodovias federais (BR-163, BR-364 e BR-158), o território de Mato

Grosso ingressou em um novo ciclo de transformações. O Estado deixou de ser visto apenas como fronteira a integrar e tornou-se espaço estratégico de produção agropecuária, logística e circulação de capital. A redefinição das fronteiras políticas coincidiu com a intensificação das políticas de crédito rural e de colonização privada, o que estimulou migrações massivas e a rápida urbanização do território (Becker, 1991; Coy; Töpler; Zirkl, 2020). Conforme Etges (2022), esse processo de reconfiguração territorial expressa a lógica de um desenvolvimento regional articulado a múltiplas escalas, no qual o território é resultado das interações entre agentes econômicos, políticas estatais e dinâmicas globais.

Essas dinâmicas foram resultado direto das políticas federais de integração nacional e do conjunto de programas territoriais implantados nas décadas de 1970 e 1980, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o PROTERRA, que haviam preparado as bases para a expansão agrícola e o surgimento de novos núcleos urbanos. Barbosa (2021) destaca que essas políticas de integração expressam o caráter histórico-estrutural do desenvolvimento brasileiro, no qual o Estado atua como mediador das desigualdades regionais, promovendo crescimento sem eliminar as assimetrias sociais e territoriais. A partir dos anos 1980, Mato Grosso experimentou um crescimento demográfico e econômico sem precedentes, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Comparação dos índices populacionais no Mato Grosso e o Brasil

Censos analisados	Mato Grosso (nº hab)	Diferença em relação ao censo anterior	Brasil (nº hab)	Diferença em relação ao censo anterior
Censo 1980	1.138.918	-	119.002.706	-
Censo 1991	2.027.231	↑ 77,99%	146.154.502	↑ 22,82%
Censo 2000	2.504.353	↑ 23,53%	169.799.170	↑ 16,18%
Censo 2010	3.035.122	↑ 21,15%	190.755.799	↑ 12,34%
Censo 2022	3.658.649	↑ 20,54%	203.080.756	↑ 6,46%

Fonte: IBGE (1991; 1992; 2000; 2011a; 2022), adaptada pelos autores.

Os dados da tabela 1 evidenciam que Mato Grosso passou de pouco mais de 1,1 milhão de habitantes em 1980 para 3,6 milhões em 2022, apresentando taxas de crescimento muito superiores à média nacional. Esse aumento populacional é explicado pela migração dirigida e pela atuação das colonizadoras privadas, que atraíram famílias de agricultores do Sul e Sudeste, bem como por políticas estatais de ocupação e incentivos fiscais voltados à agropecuária empresarial. Silva Júnior (2016) observa que, embora a descentralização administrativa tenha fortalecido a autonomia municipal, a ausência de planejamento territorial integrado manteve a dependência das políticas federais, limitando o alcance do desenvolvimento local.

O crescimento, entretanto, foi espacialmente concentrado. As áreas de colonização planejada, especialmente no norte e médio-norte do estado, transformaram-se em polos de atração populacional e econômica, conforme demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 - Municípios com origem de colonização privada mais populosos em Mato Grosso

MUNICÍPIO	1991	2000	2010	2022	MESORREGIÃO*
Alta Floresta	46.474	46.982	49.164	58.613	Norte
Lucas do Rio Verde	6.693	19.316	45.556	83.798	Norte
Nova Mutum	5.542	14.818	31.649	55.648	Norte
Tangará da Serra	39.848	58.840	84.076	106.434	Sudoeste
Primavera do Leste	12.523	39.857	52.066	85.146	Sudeste
Sorriso	12.335	35.605	66.521	110.635	Norte
Sinop	38.374	74.831	113.099	196.067	Norte

* Regiões conforme definição dadas pelo IBGE.

Fonte: França (2015), adaptada pelos autores.

A tabela 2 mostra que municípios como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste e Nova Mutum tiveram crescimento exponencial nas últimas três décadas. Cidades fundadas por empresas colonizadoras privadas nos anos 1970 tornaram-se centros urbanos dinâmicos e altamente especializados, voltados à produção e beneficiamento de grãos, especialmente soja, milho e algodão. Esses municípios consolidaram o chamado “arco do agronegócio mato-grossense”, deslocando o eixo econômico do sul para o norte e alterando profundamente a organização territorial do estado (Pires, 2020). Silveira, Machado e Schwanz, (2024) observam que essas cidades médias constituem novas centralidades regionais, articulando fluxos logísticos e redes produtivas, e desempenhando papel estratégico na gestão pública e econômica do território.

O avanço da agropecuária mecanizada e a diversificação das cadeias produtivas trouxeram prosperidade econômica, mas também intensificaram contradições socioambientais. O desmatamento na faixa norte, inserida no “arco do desmatamento amazônico”, a concentração fundiária e a substituição de modos de vida tradicionais por sistemas empresariais de produção configuram o cenário paradoxal de um desenvolvimento fortemente dependente de *commodities* (Ferreira; Silva; Almeida, 2024). Veiga (2001) argumenta que esse modelo de expansão agrícola, ao priorizar o aumento da produtividade e a competitividade global, tende a negligenciar a sustentabilidade e a diversidade socioeconômica dos territórios.

Ao mesmo tempo, a urbanização mato-grossense adquiriu novas feições. As cidades médias formadas no processo de colonização privada tornaram-se centros regionais de comércio,

educação e serviços, mas sem planejamento urbano compatível com seu ritmo de expansão. Essa urbanização funcional à economia rural intensificou desigualdades, ampliando o contraste entre municípios exportadores e localidades periféricas com baixa capacidade arrecadatória (Corrêa, 2011). Etges (2022) e Silveira; Wbatuba; Deponti (2020) explicam que esse tipo de urbanização, orientada pelo agronegócio, reflete um padrão de modernização conservadora, que expande a infraestrutura e o capital, mas mantém as desigualdades estruturais e as assimetrias de poder.

A criação de novos municípios, de 38 em 1979 para 142 em 2023, ampliou a fragmentação administrativa e os desafios de gestão. A Constituição Federal de 1988 fortaleceu a autonomia municipal, mas a descentralização fiscal não foi acompanhada por políticas estruturantes de desenvolvimento regional, acentuando as disparidades entre as microrregiões. Pecqueur (2005) e Flores (2006) afirmam que a consolidação de um território integrado requer vínculos de cooperação entre atores locais e regionais, capazes de transformar o crescimento econômico em desenvolvimento territorial sustentável.

O reordenamento territorial e econômico também repercutiu na esfera política. Após a redemocratização, as elites empresariais ligadas à produção agrícola, logística e comunicação passaram a ocupar papel de destaque na condução do Estado, evidenciando a simbiose entre economia agrária e poder político. Essa relação é sintetizada no quadro 2.

Quadro 2 - Governadores eleitos no Mato Grosso após redemocratização

GOVERNADOR	PERÍODO	PERFIL
Julio José de Campos	1983-1986	Empresário (comunicação) / Político
Carlos Gomes Bezerra	1987-1990	Advogado / Político
Jayme Veríssimo de Campos	1991-1995	Pecuarista / Político
Dante Martins de Oliveira	1995-2002	Engenheiro Civil / Político
Blairo Borges Maggi	2003-2010	Empresário (agronegócios)
Silval da Cunha Barbosa	2010-2015	Empresário (mineração) / Político
José Pedro Gonçalves Taques	2015-2019	(Ex) Servidor Público Federal (Procurador)
Mauro Mendes Ferreira	2019- Atual	Empresário (metalúrgico/energia)

Fonte: Elaborado pelo autores.

O quadro 2 indica que, desde 1983, os governadores mato-grossenses refletem o peso do agronegócio e das novas centralidades urbanas na política estadual. Ainda que nem todos provenham diretamente do setor rural, a agenda do agronegócio, baseada em exportação, infraestrutura e energia, domina as prioridades governamentais. Essa convergência entre elite econômica e poder público consolidou um modelo de desenvolvimento territorial dependente

de mercados externos e vulnerável às oscilações internacionais de preço das *commodities*. Saquet e Cichoski (2013) destacam que a emergência dessas elites empresariais traduz a nova geopolítica interna brasileira, marcada pela urbanização da produção e pela financeirização do território.

Assim, o “novo Mato Grosso” revela-se resultado de um processo histórico complexo: de um lado, o sucesso econômico e a modernização produtiva que o tornaram referência nacional em produtividade agrícola; de outro, as tensões ambientais e sociais decorrentes da rápida transformação do espaço. O crescimento do PIB e da população urbana não eliminou as desigualdades regionais nem os conflitos pela terra, tampouco solucionou os impactos ecológicos associados à expansão das fronteiras agrícolas. Ferreira, Silva e Almeida (2024) e Etges (2022) ressaltam que o desafio contemporâneo consiste em conciliar competitividade global, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

O desenvolvimento territorial contemporâneo mato-grossense expressa, portanto, um paradoxo estrutural: um território globalmente integrado e competitivo, mas internamente fragmentado e socialmente desigual. Esse quadro demanda políticas públicas que articulem sustentabilidade, inclusão e governança territorial, desafios que permanecem centrais na trajetória do estado entre 2000 e 2020 e que definirão os rumos de seu futuro nas próximas décadas.

5 Considerações finais

O desenvolvimento territorial mato-grossense revela-se como um processo histórico dinâmico e multifacetado, marcado pela combinação entre expansão econômica, transformações urbanas e reconfigurações políticas. Ao longo das últimas décadas, o Estado deixou de ser visto apenas como uma fronteira a ser integrada e tornou-se um dos principais polos agroindustriais e logísticos do país.

A trajetória de Mato Grosso evidencia que o território é mais do que um espaço físico: é uma construção social e política, continuamente moldada pelas relações entre o Estado, o capital e a sociedade. Essa configuração tornou o estado um território altamente produtivo e competitivo, mas também desigual e vulnerável, tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

O avanço da fronteira agrícola e a formação de cidades médias trouxeram prosperidade econômica, mas também consolidaram um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente. As áreas ligadas ao agronegócio experimentaram crescimento acelerado, enquanto

regiões periféricas permanecem com baixa capacidade institucional e econômica, revelando a persistência das assimetrias regionais.

Do ponto de vista ambiental, a pressão sobre os recursos naturais e o avanço do desmatamento nas regiões de expansão agrícola evidenciam a fragilidade das políticas de ordenamento territorial. A conciliação entre produtividade e sustentabilidade constitui hoje o maior desafio do desenvolvimento regional, especialmente diante das mudanças climáticas e das exigências dos mercados globais.

Essas transformações estruturais evidenciam a complexa interação entre economia, sociedade, meio ambiente e governança, que molda o desenvolvimento recente do Estado e impõe novos dilemas à gestão territorial. O futuro de Mato Grosso dependerá da capacidade de implementar políticas públicas que articulem competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Será necessário fortalecer a governança territorial, promover a cooperação entre escalas de poder e diversificar a base produtiva, de modo a reduzir desigualdades e ampliar oportunidades nos municípios menos favorecidos. A inserção da dimensão ambiental como eixo estruturante do planejamento e a valorização das economias locais e tradicionais surgem como caminhos possíveis para um desenvolvimento mais equilibrado.

Entre os desafios futuros, destaca-se também a necessidade de ampliar a participação social e democratizar a gestão do território, incorporando práticas de planejamento participativo e transparência nas decisões públicas. Somente por meio da construção coletiva e do fortalecimento das instituições locais será possível alinhar o crescimento econômico às demandas de equidade e sustentabilidade.

Reconhece-se, contudo, algumas limitações da pesquisa. A literatura pesquisada ainda não abordou de maneira aprofundada as formas de ocupação anteriores à colonização oficial, especialmente no que se refere aos povos indígenas que habitavam o território antes da chegada das frentes de povoamento. Essa lacuna restringe a compreensão integral das territorialidades originárias e das transformações impostas pelos processos de colonização, modernização e integração econômica. Além disso, a ausência de abordagens interdisciplinares que unam história, geografia, economia e antropologia limita o entendimento sobre as múltiplas dimensões do território.

Futuras pesquisas poderão aprofundar esses aspectos, examinando o papel das populações tradicionais e indígenas na construção territorial, bem como os impactos socioambientais e culturais da expansão agropecuária e urbana. Tais estudos poderão contribuir

para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades regionais e à diversidade sociocultural de Mato Grosso.

Em síntese, o “novo Mato Grosso” constitui o resultado de um longo processo de construção territorial, em que as forças econômicas, políticas e ambientais se entrelaçam. O futuro do estado dependerá de uma governança integrada e sustentável, capaz de promover inclusão social, inovação produtiva e valorização das identidades regionais. Mais do que crescer, Mato Grosso precisa desenvolver-se territorialmente com equilíbrio, solidariedade e visão de longo prazo.

Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Celso Furtado, intérprete do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 78, p. 86-107, abr. 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p86-107>. Acesso em: 28 out. 2025.

SAQUET, Marcos Aurelio; CICHOSKI, Pâmela. Bertha Becker: uma contribuição à análise da sua concepção de Geografia, espaço e território. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 15 Fev., 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17459>. Acesso em: 28 out. 2025.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1991

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CAVALCANTE, Else; RODRIGUES, Maurim. **Mato Grosso e sua história**. Cuiabá: Ed. Dos Autores, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e tempo**, São Paulo, n. 30, pp 05 - 12, 2011. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 28 out. 2025.

COY, Martin; TÖPLER, Tobias; ZIRKL, Frank. Relações campo-cidade e funções urbanas em regiões do agronegócio: O caso de Sinop (Mato Grosso). In.: BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso - Os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Ed. IABS, 2020.

DALOSTO, J. A. D.; DEMAMBRO, E.; ROJAS, L. C.; PIETRAFESA, J. P. Imigração, ocupação e logística: o Nordeste do Estado de Mato Grosso. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2020. Disponível em:
<https://seer.faccat.br/index.php/colloquio/article/view/1668>. Acesso em: 28 out. 2025.

DEMAMBRO, Eliseu; PIETRAFESA, Pedro Araújo; ROJAS, Gabriela Vivian Gómez. As consequências da BR 158/MT para o território indígena de Maraiwatsédé. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. Disponível em:
<https://seer.faccat.br/index.php/colloquio/article/view/1669>. Acesso em: 28 out. 2025.

DEMAMBRO, Elizeu; ROJAS, Gabriela Vivian Gómez; PIETRAFESA, Pedro Araujo. Estudos de impacto ambiental na pavimentação da rodovia BR 158 em 2007 e seus reflexos após 15 anos.

Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 20, n. 3, jul./set. 2023. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2817>. Acesso em: 28 out. 2025.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Visualizador de Informações Geográficas - VGEO. Base 2015**. Disponível em <<https://servicos.dnit.gov.br/vgeo/>> Acesso em: Acesso em 15 jul 2024.

ETGES, Virginia Elisabete. Desenvolvimento regional - a região importa? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6450>. Acesso em: 28 out. 2025.

FERREIRA, Carolina Lie Okazachi; SILVA, Jonathan Gonçalves da; ALMEIDA, Roselaine Bonfim de. Análise do papel dos instrumentos financeiros na preservação ambiental e na mitigação das mudanças do clima. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, 2024. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3194>. Acesso em: 28 out. 2025.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade, **RIMISP**, p. 3-47, Março, 2006.

FRANÇA, Raimundo. **Política e Sociedade no Mato Grosso: A democracia sob “controle” (1994-2010)**. Curitiba: CRV, 2015.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Revista Proj. História**, São Paulo, n. 27, p. 49-69, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10510>. Acesso em: 28 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes>> Acesso em 05 jun 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html>>. Acesso em 06 jun 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>>. Acesso em 09 jun 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em 09 jun 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em 13 jul 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. 2011b. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=27421>> Acesso em 15 jul 2024.

NUNES, Maria Aparecida; GATTI, Flávio; SOBRINHO, Rosangela Alves. **Políticas territoriais e desenvolvimento regional no Estado de Mato Grosso**. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - SIDER. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2008. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/149.pdf>. Acesso em 28 out. 2025.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n.s 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 28 out. 2025.

PIRES, M. O. 'Cerrado', old and new agricultural frontiers. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000030006>. Acesso em: 28 out. 2925.

PORUTGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

ROCHA, Leandro Mendes. O sertão dos Villas Bôas. In.: ARRAIS, Cristiano Alencar; SALOMON, Marlon (org). **A diversidade das culturas**. CEGRAF UFG: 2020.

SILVA JR., Joaquim Alves da. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, 2016.

SILVEIRA, Daniel Claudio Da; WBATUBA, Berenice B. Rossner; DEPONTI, Cidonea Machado. O Processo de (Sub) Desenvolvimento Brasileiro: uma abordagem histórico-estruturalista.

COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 1, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1579>. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; MACHADO, Brenda Eckel; SCHWANZ, Angélica Kohls. Cidades médias, gestão pública territorial e centralidades regionais no Rio Grande do Sul.

Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 20, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7336>. Acesso em: 28 out. 2025

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso; ANZAI, Leny Caselli; GATTI, Flávio. Formação da estrutura agrária produtiva dos municípios da fronteira oeste brasileira com a Bolívia. In.: PENHA, Bruna; NETO, Walter Antonio Desiderá; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Mercosul e as regiões de fronteira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171101_livro_mercosul_cap1.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais. XXIX Encontro Nacional de Economia**. APENC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.